

Entre o “Far-west” e o progresso: aspectos e contextos da visibilidade sobre o Oeste Catarinense a partir de fatos jornalísticos noticiados em 1948 e 1950¹

Marcionize Elis BAVARESCO²

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC

Resumo

Este trabalho discute como a região Oeste de Santa Catarina, que até por volta de 1950 pertencia quase que exclusivamente ao território de Chapecó, foi caracterizada discursivamente na mídia impressa a partir de dois episódios que repercutiram para além da esfera local: a) a polêmica em torno de matérias divulgadas na rede Diários Associados sobre Chapecó, em 1948; b) e o linchamento ocorrido na cidade em 1950. Observa-se, nos dois casos, uma disputa entre perspectivas que descreviam o Oeste catarinense como “o nosso *far-west*” e aquelas que o proclamavam como território de progresso. Parte-se da ideia de que a esfera de visibilidade do jornalismo se constitui em espaço de concorrência de enquadramentos. No caso analisado, observamos que essa concorrência apresenta características diferentes de acordo com o grau de proximidade com seu público, suas fontes e seus financiadores.

Palavras-chave

Oeste catarinense; Jornalismo de proximidade; Enquadramentos concorrentes; esferas de visibilidade.

“Aquele não é um município de contrabandistas”!

Em 1948 a rede Diários Associados³ denunciou, em seus veículos de comunicação no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, o contrabando de madeira para a Argentina por meio do Rio Uruguai. Um dos municípios visitados pelos jornalistas foi Chapecó, em Santa Catarina, com território que nessa época abrangia praticamente todo o Oeste⁴ do Estado. As reportagens geraram grande repercussão.

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (Posjor/UFSC), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: marcionize@hotmail.com.

³ Os Diários Associados, conglomerado midiático fundado por Assis Chateaubriand em 1924, viveu seu apogeu do final da década de 1940 até 1960. No seu período de maior expansão chegou a integrar 90 veículos de comunicação, entre jornais, revistas, TVs, rádios e agência de notícias.

⁴ Conforme divisão apresentada no sítio do Governo de Santa Catarina na internet, o Estado é dividido em oito principais regiões: Litoral, Nordeste, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul, Meio-Oeste e Oeste. Informação disponível em: <<http://www.sc.gov.br/geografia>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

Na edição de 28 de junho de 1948, o Diário da Noite⁵, jornal da rede dos Diários Associados que circulava no Rio de Janeiro, então a capital do país, anunciava que o governo abriria inquérito para investigar o “vasto contrabando de madeiras para a Argentina”. Segundo a nota, a prática envolvia uma “organização clandestina” e provocou a preocupação das autoridades e “da classe produtora” do Rio Grande do Sul, já que estaria causando “sérios prejuízos à economia nacional” (VASTO, 1948, p. 5).

Semanas antes, as reportagens assinadas pelos jornalistas Jorge Ferreira e Nicolau Leite haviam gerado uma onda de manifestações na imprensa de Chapecó, no Senado Federal e, por consequência, nos veículos de comunicação da capital. Em 5 de junho de 1948 o Diário Carioca⁶ registrou em nota sobre o cotidiano da Câmara Alta, que “o que um jornal carioca disse do município de Chapecó (...) não agradou o Sr. Ivo d’Aquino [PSD]”. “Aquele não é um município de contrabandistas”, teria afirmado, quando “exaltou as riquezas da região e as grandes qualidades de seus habitantes” (UMA VITÓRIA, 1948, p. 2).

Em seu discurso, publicado na íntegra em livro escrito pelo jornalista Zedar Perfeito da Silva (1950), o senador diz que

Realmente, lendo-se o que escreveram os jornalistas, tem-se a impressão de que Chapecó é composta de gente sem lei nem grei [sic]; que ali predominam a força e o revólver; que autoridades não existem; e que não há a menor coerção, a menor disciplina de ordem política e social (SILVA, 1950, p. 316).

A principal reclamação dizia respeito à descrição dos costumes da população local e da afirmação de que Chapecó “é terra sem história, que não tem passado nem tradições” (SILVA, 1950, p. 335). Nas palavras de Ivo d’Aquino, os repórteres teriam cedido “à tentação do pitoresco e, sem maiores averiguações, lhes deram colorido, por amor à sensação, sempre grata aos leitores desprevenidos” (SILVA, 1950, p. 318).

Na capa da edição do Jornal d’Oeste⁷, publicado em Chapecó em 12 de junho de 1948, José de Miranda Ramos, advogado e ex-promotor da comarca, que em 1950 se

⁵ As edições do Diário da Noite, citadas neste trabalho, estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Fundação Biblioteca Nacional <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

⁶ As edições do Diário Carioca, citadas neste trabalho, estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Fundação Biblioteca Nacional <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

⁷ As edições do Jornal d’Oeste citadas neste trabalho foram consultadas na Biblioteca Pública de Santa Catarina.

tornaria prefeito do município pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁸, publicou um enfático artigo com críticas à reportagem do Diário de Notícias de Porto Alegre. No comentário ele relata que, após ler a matéria foi possuído “da mais intensa revolta”, uma vez que não podia conceber que “se pudesse escrever contra Chapecó tamanhas monstruosidades” (RAMOS, 1948, p. 1). O trecho a seguir ilustra a indignação:

A imaginação do autor da dita reportagem foi por demais fértil, e, pela conclusão a que chegamos, é digna de um assíduo leitor de Edgar Wallace e outros autores do gênero policial, e, também, de um apaixonado admirador de Buffalo Bill. Mas, acontece uma coisa, tais leituras não se adaptam ao nosso Chapecó e as aventuras de Bill, no Oeste dos Estados Unidos, em nada se assemelham aos nossos acontecimentos (RAMOS, 1948, p. 1).

Na contracapa da mesma edição o próprio jornal manifestou seu repúdio à publicação com a frase impressa no cabeçalho: “Jornal d’Oeste lança o mais veemente protesto contra as referências injuriosas assacadas à população ordeira e laboriosa de Chapecó”. Logo abaixo, uma longa matéria intitulada “A Assembleia Legislativa Estadual e a reportagem sobre Chapecó” relata as discussões geradas a partir do protesto do deputado Cid Loures Ribas (Partido Social Democrático - PSD) acerca do texto jornalístico – Ribas, cabe destacar, aparece como diretor responsável pelo jornal A Voz de Chapecó⁹, criado em 1939. No município, atuou como Promotor Público antes de ingressar na política.

O desfecho do debate no legislativo estadual foi a aprovação de dois requerimentos, um que pedia a inserção na ata da sessão “de um protesto da casa à reportagem em foco”, e o segundo de envio de um telegrama ao Diário de Notícias de Porto Alegre “dando conta do desagrado de todos ante os termos usados pelo jornalista Jorge Ferreira em seu trabalho” (A ASSEMBLEIA, 1948).

De fato, a existência de contrabando de madeira no Oeste catarinense e Noroeste gaúcho era de conhecimento público e já havia sido tema da imprensa, inclusive estadual. Em 1926, por exemplo, Ildefonso Falcão assinou artigo publicado no jornal “República” de Florianópolis no qual tratava do assunto (BELLANI, 1991, p. 85). No entanto, a época era outra.

⁸ A eleição aconteceu poucos dias antes do linchamento de que trataremos mais adiante. O acirrado clima político, com a vitória da oposição, é tido como elemento conjuntural importante pela pesquisadora Monica Hass (2007).

⁹ Essa informação consta no próprio cabeçalho das edições do jornal pesquisadas, as quais datam de 1950 e 1951. Os exemplares também fazem parte do acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Quando Othon d’Eça acompanhou e registrou a expedição do governador Adolfo Konder, em 1929, para o Oeste de Santa Catarina, descreveu a região como “sertão bruto”, “desconhecido”, “matérias vastas e desertas” (D’EÇA, 1929). Discurso então comum para descrever as regiões interioranas no Brasil. Mas nas décadas que se seguiram essa imagem foi combatida por aqueles que passaram a explorar esse espaço, especialmente as colonizadoras, que ao lado da elite madeireira e ervateira, constituíam o núcleo do poder econômico e político. Esse sistema de exploração da região tinha o apoio do Estado. A imprensa local surge nessa imbricada relação de forças.

Em 1948, quando se deu a divulgação das matérias sobre Chapecó, a cidade contava com dois jornais, o Jornal d’Oeste¹⁰, que tinha ligações com o PTB e a União Democrática Nacional (UDN), então oposição no município; e A Voz de Chapecó, que havia sido criado por correligionários do PSD, entre os quais o Coronel Ernesto Francisco Bertaso, um dos sócios da principal colonizadora da região. A primeira rário de Chapecó só seria criada em 1949 (HASS, 2007, p. 178). Esses veículos de comunicação locais possuíam uma capacidade de visibilidade limitada, não comparada a de veículos de comunicação com abrangência nacional, como a da rede Diários Associados.

O contraponto: a divulgação do “futurosa e rico” Oeste

Ainda no final da década de 1940 e início de 1950, essa região mantinha a imagem de terra sem lei. No livro “O Oeste Catarinense”, publicado em 1950 por Zedar Perfeito da Silva, ele descreve a percepção de parte da população da região litorânea acerca da porção mais próxima da fronteira com a Argentina, que recentemente havia sido reintegrada ao Estado, tendo em vista que entre 1943 e 1946 essa área compunha o Território Federal do Iguaçu:

Em fevereiro de 1948, tive a feliz oportunidade de percorrer pela primeira vez o Oeste Catarinense. Fui aconselhado por alguns amigos a levar comigo uma arma de fogo [sic], porque a gente lá de cima, pensavam eles [sic], resolvia tudo no trabuco. Lá, estava situado o nosso **far-west** (SILVA, 1950, p. 7, grifo do autor).

Logo na abertura do livro o autor deixa claro que sua intenção, com a publicação, é “mostrar em tôda [sic] sua pujança o Oeste Catarinense a Santa Catarina e ao Brasil” (SILVA, 1950, p. 7). Tratava-se, portanto, de dar visibilidade a uma imagem concorrente

¹⁰ Há poucas informações sobre o semanário. Na Biblioteca Pública de Santa Catarina existem edições preservadas dos anos de 1947 e 1948.

sobre aquele espaço geopolítico e social. A iniciativa foi comemorada no jornal local, então único a circular no município, como uma possibilidade de mostrar ao país a ‘pujança’ do Oeste. Na edição do jornal *A Voz de Chapecó*, de 12 de março de 1950, consta:

É interessante ressaltar que o livro será editado no Rio de Janeiro e mostrará ao país inteiro a nossa futura e rica zona.
Desnecessário salientar que Zedar Perfeito da Silva é autor de três livros e jornalista conhecido fora do Estado, e por isso mesmo capaz de coordenar um livro à altura do valor e do desenvolvimento da rica zona do Oeste Catarinense, que na sua opinião, conhecedor que é de todo o nosso Estado, será a região de maior futuro para Santa Catarina (OESTE, 1948, p. 1).

O “Oeste Catarinense” ao qual Silva se referia em seu livro, cujo mapa ilustra a capa, abrangia os municípios de Porto União, Caçador, Videira, Tangará, Joaçaba, Capinzal, Piratuba, Concórdia e Chapecó. Atualmente esse território está dividido em dezenas de municípios, microrregiões e mesorregiões, que variam seus limites de acordo com a instituição de referência. Há delimitações estabelecidas pelo governo do Estado, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela auto-organização dos próprios municípios, com base nas áreas de influência das associações de municípios, por exemplo.

Em 1950, contudo, Chapecó se constituiu em um município de uma área enorme, quase um terço do território da Suíça (SILVA, 1950, p. 12). Estava estabelecido em um espaço marcado por disputas para a delimitação de suas fronteiras. Nas palavras de Monica Hass (2007, p. 21) “a violência aacompanha a história do oeste catarinense”, afirmação que ela justifica:

O espaço geográfico do oeste catarinense esteve envolvido durante o período colonial numa disputa entre Portugal e Espanha. No século XIX, era disputado pela Argentina e pelo Brasil, com a questão decidida favoravelmente a este em 1895. A mesma área esteve mais tarde em litígio entre Santa Catarina e Paraná, até que, em 1916, o acordo de limites entre os dois estados foi assinado, ficando então os Campos de Palmas sob o controle catarinense (HASS, 2007, p. 22).

Foi nessa área ‘contestada’ pelos estados do Paraná e Santa Catarina que se deu aquela que é tida como a maior rebelião civil do século XX, a Guerra do Contestado (1912-1916). Embora as batalhas tenham ocorrido, primordialmente, na porção de Santa Catarina que, segundo divisão usada pelo Governo do Estado¹¹, abrange as regiões do Planalto Norte e Meio-Oeste, a pesquisadora Arlene Renk aponta esse episódio como um estímulo ao

¹¹ Conforme divisão apresentada no sítio do Governo de Santa Catarina na internet, o Estado é dividido em oito principais regiões: Litoral, Nordeste, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul, Meio-Oeste e Oeste. Informação disponível em: <<http://www.sc.gov.br/geografia>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

modelo de colonização do interior do Estado, especialmente do Oeste, tendo em vista que alguns políticos chegaram a atribuir o conflito, “os fanáticos”, à ausência de um processo de colonização com as “desejadas gentes” (RENK, 1997, p. 49). A região era então ocupada, “essencialmente, por caboclos, posseiros, índios e latifundiários” (HASS, 2007, p. 22).

A maior parte dessa população não foi contemplada pelo projeto de colonização, tendo em vista a ideologia predominante de que os “trabalhadores”, “construtores do progresso e da civilização” eram os descendentes de europeus vindos das colônias velhas do Rio Grande do Sul (RENK, 1997, p. 48). Portanto, o contexto regional se estruturava em torno da exclusão social de uma parte da população e de uma aliança de interesses entre o governo e as Companhias Colonizadoras, com apoio da Igreja Católica (HASS, 2007, p. 22-23). “Um discurso regional passou a ser construído, tendo como base o mito do pioneiro/desbravador (...)” (HASS, 2007, p. 22).

Nesse contexto, já complexo, deve-se adicionar mais um elemento, o mandonismo local, derivado de décadas de coronelismo (HASS, 2007). Esse aspecto ganhou novos contornos a partir da queda de Getúlio Vargas, em 1945, e a criação de novos partidos, os quais tinham atuação direta sobre a imprensa. Nas palavras de Hass (2007, p. 195), já desde a década de 1940 a região passava por transformações econômicas e sociais, que geraria um clima de conflito entre o ‘velho’ e o ‘novo’, seja na política, seja nos costumes. A abertura democrática e a vinda de numerosos migrantes atraídos pela propaganda de ‘progresso’ e ‘futuro’ acirraria ainda mais esse embate.

Uma nova manchete: o linchamento

Nem bem o livro de Zedar Perfeito da Silva havia saído da gráfica um novo episódio fez com que o Oeste Catarinense voltasse a se tornar manchete nacional. Trata-se do caso do incêndio da Igreja Matriz de Chapecó, da prisão de quatro acusados e do linchamento dos mesmos. Na imprensa local, a primeira matéria que localizamos sobre o tema foi publicada no A Voz de Chapecó em 15 de outubro de 1950 sob o título: “Quadrilha de incendiários”. O texto ocupou a capa do jornal:

Graças a ação eficiente do Delegado de Polícia desta cidade, sr. Arthur Argeu Lajus¹², conseguiu na semana finda prender quatro elementos da quadrilha de

¹² Ligado ao PSD, industrial-madeiro que havia chegado a ser indicado ao cargo de prefeito (havia governado por quase 200 dias em 1947) e tido como adepto das estratégias de intimidação que caracterizavam o mandonismo local (HASS, 2007).

incendiários que atearam fogo ultimamente na Igreja desta cidade e na serraria do sr. Domingos Baldissera.

Segundo fomos informados, todos confessaram os crimes cometidos e adiantaram mais que foi um dos elementos do grupo que incendiou o Clube Recreativo Chapecoense.

O plano da quadrilha, segundo seus próprios depoimentos, era de incendiar uma casa para roubar em outra, como procederam na Serraria Baldissera (...).

Deixamos de publicar o nome dos criminosos porque sabemos que a polícia está no encalço de outros membros da quadrilha, que serão recolhidos muito breve (...) (QUADRILHA, 1950, p.1).

O desfecho do caso foi trágico. Na madrugada do dia 18 de outubro de 1950 dezenas de homens armados tomaram a cadeia do município e lincharam os quatro acusados. O caso ganhou grande repercussão na imprensa nacional¹³. Dois dias depois o Diário da Noite dava na capa: “Trucidados os incendiários da Igreja Matriz de Xaçepó¹⁴”. No texto, a íntegra de um telegrama narrando brevemente os fatos: “(...) quatro pessoas recolhidas à cadeia pública local, com prisão preventiva como culpadas do incêndio ocorrido na Igreja da Matriz, foram trucidadas dentro do recinto das celas e carbonizadas no pátio”. A nota dizia, ainda, que o linchamento havia sido levado a cabo por cerca de 200 pessoas e identificava os mortos: Orlando Lima, Armando Lima, Romano Ruani e Ivo de Oliveira Paim, os dois últimos com antecedentes criminais (TRUCIDADOS, 1950, p. 1). Nos dias que se seguiram o jornal deu ampla cobertura aos desdobramentos do caso, inclusive com fotos dos corpos carbonizados impressos na capa da edição de 27 de outubro.

No jornal A Voz de Chapecó o linchamento foi noticiado na capa da edição de 22 de outubro. Com o título “Barbarismo”, a matéria dizia que uma multidão, que segundo relatos podia ser de 100 até 500 homens, “vindos do interior do município”, havia assaltado a cadeia pública e “trucidado” quatro detentos. A informação, contraditória em relação à matéria sobre “a quadrilha de incendiários” publicada dias antes, era de que apenas dois dos mortos eram acusados do incêndio da Matriz, Ruani e Paim, e que os irmãos Lima estavam presos para “averiguações”. Apesar da utilização de termos como “requinte de selvageria”, o texto é inicialmente descritivo. Em determinado trecho dá ênfase às explicações do delegado sobre os motivos de não ter realizado a transferência dos presos antes da tragédia.

¹³ No livro de Monica Hass (2007) há uma detalhada descrição dos conteúdos divulgados pelos veículos de comunicação locais, regionais, estaduais e nacionais, que são utilizados como fonte para a reconstrução histórica do fato e das redes de poder envolvidas, com influência sobre os veículos de comunicação. Neste artigo, contudo, o nosso foco de interesse é a preocupação local com a imagem da cidade a partir dos fatos narrados, o que teoricamente chamamos de enquadramentos.

¹⁴ Alguns veículos de comunicação usavam essa grafia para Chapecó, embora os jornais locais preferissem a versão com ch-; os defensores de Chapecó com x- defendiam que o topônimo tinha origem indígena e que, por isso, deveria ser grafado com x-; os defensores do ch- diziam que essa grafia era mais adequada dentro das regras da língua portuguesa e que não havia comprovação de que a palavra tinha, efetivamente, origem indígena, além disso, na maioria dos documentos históricos essa seria a grafia adequada.

É preciso frizar que o sr. Delegado de Polícia, cidadão Arthur Argeu Lajus, sabedor que os presos estavam ameaçados de assalto, telegrafou ao sr. Secretário de Segurança solicitando permissão para conduzir os detentos para Joaçaba (...). Após entendimento havido entre o Delegado e o Exmo. sr. Juiz de Direito, ficou resolvido conduzirem os presos para Joaçaba na manhã seguinte (BARBARISMO, 1950, p. 1)

Muito diferente é o texto de capa da Folha da Manhã¹⁵, de São Paulo. Com texto de Carlos de Freitas e fotos de Antonio Pirozzelli, a matéria sobre o linchamento ocupa toda a contracapa da edição de domingo sob o título “Fúria em Xaçecó”. No texto, o povo da cidade é retratado como ignorante e apegado a misticismos. A própria história da tragédia é descrita intermeada por enunciados como “crimes religiosos”, “inquisição” e “cidade pecadora”. Também há a informação de que dois dos mortos eram inocentes.

A tragédia de Xaçecó foi gerada unicamente pela ignorância, própria de uma região atrasada como o oeste catarinense, onde a civilização estacionou. Xaçecó é uma pequena cidade de 2.500 habitantes. Possui péssimas estradas de ligação com os outros centros mais adiantados e carece de todos os recursos primários dos centros urbanos, como água encanada, esgoto, boa luz, telefone, policiamento eficiente e regular e escolas públicas.

Xaçecó é uma cidade cujo grau de cultura cívica e religiosa do povo está atrasado pelo menos de 600 anos, fenômeno aliás comum no Brasil, onde há aglomerados humanos muito mais recuados ainda no tempo (FREITAS, 1950).

O final da matéria enfatiza o teor moral e religioso que transpassa todo o texto: “(...) e os próprios matadores, depois de cumprirem pena (...) terão medo de ver com seus próprios olhos a sombra dos 4 homens, galopando num cavalo de fogo, sobre a cidade pecadora” (FREITAS, 1950, p. 9).

Um dia antes, na edição de 11 de novembro de 1950 a Revista O Cruzeiro¹⁶ divulgou uma ampla matéria assinada por José Leal, com fotos de Flávio Damm, em que repercutiu o linchamento. A imagem principal mostra os corpos amontoados e carbonizados jogados no pátio da delegacia, enquanto uma multidão de curiosos observa. Há ainda fotos e entrevistas com os principais personagens envolvidos na tragédia, entre os quais o delegado Artur Argeu Lajús, apontado como um dos principais responsáveis pelo linchamento.

¹⁵ Edições disponíveis na Hemeroteca Nacional.

¹⁶ Edições disponíveis na Hemeroteca Nacional.

O texto começa com uma explanação sobre a cidade, bem diferente daquela apresentada na Folha da Manhã. O repórter de O Cruzeiro narra da seguinte forma seu primeiro contato com o local:

Chapécó é uma típica cidade madeireira do oeste de Santa Catarina (...). Tem 5 mil habitantes, um grande movimento comercial e sua população é cem por cento católica além de “ordeira e pacífica” como me garantiu o Juiz de Direito local Dr. José Pedro Mendes de Almeida (LEAL, 1950, p. 115).

Já os executores do linchamento são descritos como uma “multidão de fanáticos”, orientados por homens de confiança do delegado. As torturas que os presos teriam sofrido dias antes, na cadeia, também são descritas. O relato é de que “à noite eles eram conduzidos para matas das vizinhanças ficando ao sabor das violências de uma capangada analfabeta e criminosa” (LEAL, 1950, p. 120). No final da matéria o jornalista ainda afirma que o linchamento foi “a mais bárbara de todas as chacinas já cometidas no Brasil” (LEAL, 1950, p. 90).

A repercussão negativa da sucessão de fatos que culminou nas mortes, para a imagem da cidade, foi debatida no jornal local. Em 26 de novembro o A Voz de Chapécó publicou artigo assinado por Tulio Fontoura, diretor do Jornal da Serra, de Carazinho, e do Diário da Manhã, de Passo Fundo, ambas cidades do Rio Grande do Sul. Nele é criticado o “sensacionalismo corruptor” com o qual o caso do linchamento foi tratado em alguns veículos de comunicação. Na opinião de Fontoura, muitos jornais “não se limitaram tão somente a informar senão que deturparam dantescamente os acontecimentos”. “Neste impulso condenável eles esquecem, muitas vezes, que uma coletividade não responde pelos erros, pela insipiência, vícios e maldades dos que se transviaram do caminho da ordem, do respeito às Leis (1950, p. 1)”, argumentou.

Para justificar essas considerações, o linchamento foi descrito por Fontoura como realizado por uma “pequena turba ignorante e incitada, formada em sua maioria por gente do interior no município”. Já as matérias sensacionalistas teriam atingido “a família, a sociedade digna da cidade de Chapécó” (FONTOURA, 1950, p. 1).

As esferas de visibilidade do jornalismo

Os dois episódios aqui narrados são emblemáticos dentro da perspectiva apontada por Maia (2009) da concorrência de enquadramentos que, na opinião dela, “proporciona um

ambiente mais realista para que se indague como a opinião pública se forma em condições atuais”.

Há frequentemente luta entre grupos de interesse, partidos políticos ou grupos sociais, entre distintos sistemas de pensamento e quadros ético-morais, de modo que as questões são muitas vezes enquadradas e debatidas em termos conflitantes. Na condição contemporânea, há que se considerar também a existência de diversas mídias, com formatos e alcance distintos, o que aumenta as chances de os cidadãos terem acesso a vários enquadramentos e a múltiplos argumentos sobre uma determinada questão controversa (MAIA, 2009, p. 303-304).

Nesta análise, especificamente, estamos tratando de enquadramentos jornalísticos, ou seja, daqueles utilizados pela imprensa. A definição desse conceito, especialmente para análise de material midiático, campo no qual se encontra o jornalismo, tem gerado algumas controvérsias, como apontam, por exemplo, Mendonça e Simões (2012). No entanto, aqui nos apropriaremos da síntese teórica de Maia (2009), também utilizada em Locatelli (2011), a qual a partir das contribuições de autores como Robert Entman, Todd Gitlin, André Mondigliani e William Gamson, define os enquadramentos como “princípios organizadores” ou “esquemas interpretativos”.

Aplicando-se isso aos veículos de comunicação pode-se considerar que

o debate nos media [e aí inclui-se o jornalismo] pode ser definido por uma série de enquadramentos e subenquadramentos, os quais possuem uma ideia central que delimita o campo interpretativo que busca dar sentido a uma questão, definindo posições e buscando destacar elementos relevantes em disputa (MAIA, 2009, p. 308).

Contudo, a disputa entre os diversos enquadramentos, nos media, ocorre dentro de um esfera específica, que Maia (2008) chama de esfera de visibilidade. Isso porque, nas sociedades complexas contemporâneas, “não há outro espaço para a divulgação de informações que se iguale aos meios de comunicação, em termos de amplitude e repercussão” (MAIA, 2008, p. 94). Se isso vale para a mídia, de maneira geral, o jornalismo é um espaço ainda mais característico, dadas as peculiaridades das suas dinâmicas internas de produção de conteúdo e das relações estabelecidas com seu público, fontes e financiadores.

Poderíamos, nesse sentido, falar de uma esfera de visibilidade do jornalismo, dado que esse possui um *ethos*¹⁷ profissional (TRAQUINA, 2012) e uma atribuição social específica – que pode ser entendida como um contrato social (BERNIER, 2004). Essas características lhe garantiram, historicamente, o status de legítimo portador dos discursos baseados na verossimilhança com a realidade. É a esse contrato social tácito estabelecido com o público que Bernier (2004) vincula a diferenciação entre o espaço ocupado pelos jornalistas em relação aos demais comunicadores.

Algumas considerações

Quando se fala de jornalismo, quase sempre se atribui uma unicidade ao conceito. Embora essa compreensão seja possível sob determinado prisma, como questões mais amplas que tem a ver com o *ethos* profissional e o contrato social citados anteriormente, pode-se dizer que esses aspectos compõe uma certa banda – delimitam as margens do que é possível se entender como jornalismo. Porém, dentro dessa fronteira há possibilidades diversas. O aspecto que nos interessa aqui, particularmente, está relacionado às dinâmicas diferenciadas que envolvem, por um lado, o jornalismo de proximidade, e por outro, o jornalismo feito a partir de um centro de mediação sobre espaços que lhe são periféricos.

No material empírico descrito essa é uma divisão possível, onde os jornais das grandes cidades tratam a região Oeste como um espaço periférico enquanto os jornais de Chapecó têm uma relação de proximidade com seus leitores, suas fontes e seus financiadores.

Segundo Camponez (2011, p. 36), no caso dos veículos de comunicação regionais e locais “a proximidade assume um significado próprio, marcante da sua especificidade e da sua identidade”. Nesse sentido, dentro do conceito de Jornalismo de Proximidade defendido pelo autor a imprensa regional se articula em torno de conceitos como território, comunicação e comunidade.

Defendemos uma definição de jornalismo regional a partir do conceito de pacto comunicacional realizado no contexto de comunidades de lugar – isto é, comunidades que se reconhecem com base em valores e interesses construídos e

¹⁷ “Apesar da sua incapacidade histórica de delimitar o seu “território” de uma forma minimamente rigorosa, poucas profissões tiveram tanto êxito como o jornalismo na elaboração de uma vasta cultura rica em valores, símbolos e cultos que ganharam uma dimensão mitológica dentro e fora da “tribo” e de uma panóplia de ideologias justificativas em que é claramente esboçada uma identidade profissional, isto é, um *ethos*, uma definição de uma maneira de como se deve ser (jornalista)/estar (no jornalismo)” (TRAQUINA, 2012, p. 128).

recriados localmente, a partir de uma vivência territorialmente situada – e onde intervêm critérios como o espaço geográfico de implantação do projecto editorial; o lugar de apreensão, recolha e produção dos acontecimentos noticiados; o espaço privilegiado de difusão da informação; o tipo de conteúdos partilhados e de informação disponibilizada; enfim, a definição dos públicos (CAMPONEZ, 2011, p. 36-37).

No entanto, como o próprio autor pontua, a proximidade, mesmo quando se constitui como elemento da própria identidade do jornal, carrega consigo um problema normativo. É que sob o prisma ético e deontológico, “o valor dominante é o do distanciamento” (CAMPONEZ, 2011, p. 37). O problema ético dessa proximidade simbiótica, na nossa breve análise empírica, é simbolizado pelo envolvimento dos próprios diretores, fundadores e donos dos veículos de comunicação nos fatos noticiados.

Isso acarreta que os jornais locais estejam mais propensos à influência do poder dos grupos próximos. Em ambos os casos analisados isso fica evidente. No primeiro, sobre as características atribuídas a Chapecó e a seus moradores na matéria do contrabando, o poder local se manifesta por meio das lideranças políticas de diferentes partidos. Nesse caso, as divergências das siglas ficam em segundo plano em prol da defesa da imagem de “cidade de gente trabalhadora e ordeira”, cidade “do futuro”, que está em “amplo desenvolvimento”. Isso fica registrado nas manifestações das lideranças de diferentes espectros políticos.

É bem verdade que nesse rol entra apenas a elite, pois apenas ela tem direito à voz no jornal, e isso independentemente de a que partido se está vinculado. Em nenhum dos textos citados, dos jornais locais, há indicação de outro tipo de fonte. Cabe observar que esse grupo está diretamente interessado nesse discurso desenvolvimentista para a região, pois isso significa a ampliação de seus próprios negócios e influência.

Ainda, é importante destacar que as manifestações de indignação que conseguem furar a barreira da esfera de visibilidade local do jornalismo parte dos políticos com poder que se expande para além da região – deputado estadual e senador. As esferas mais amplas de visibilidade do jornalismo não parecem ser diretamente influenciadas pelo poder local, o que não significa que estão livres da influência política, tendo em vista que quando o próprio poder político local se ramifica e se transforma em poder com influência estadual e nacional tem capacidade de atingir esferas de visibilidade mais amplas.

No caso do linchamento, esse poder local sobre o jornal é ainda mais evidente, já que o único impresso da cidade nesse período adere à defesa do delegado, o que destoa da

imprensa nacional que, com seu olhar de fora, demonstra maior independência em identificar os responsáveis pelos crimes. Isso ocorre mesmo que localmente o poder esteja dividido, tendo em vista que há correligionários de partidos da situação e da oposição envolvidos diretamente nos fatos, e em lados opostos. O delegado tinha ligações com o PSD, enquanto dois dos mortos, os irmãos Lima, tinham ligações com o PTB (HASS, 2007). No entanto, nessa época apenas o jornal ligado ao PSD estava em circulação. Nesse contexto, não sendo possível negar a ‘selvageria’ dos fatos, a tentativa, na esfera de visibilidade local representada por esse veículo, foi de isolar as ações a um determinado grupo, “do interior”, marginalizado em relação às elites.

Posto isso, é importante indicar que o distanciamento não parece ser solução absoluta. Na observação dos casos realizada aqui o que se percebe é que os jornais “mais afastados” recorrem com maior frequência a estereótipos e caracterizações generalistas acerca da região. Embora o grau de utilização desses recursos varie significativamente entre as matérias de cada um dos veículos analisados. No caso da reportagem publicada na revista *O Cruzeiro*, há uma grande diversidade de fontes entrevistadas e apresenta-se uma investigação sobre os episódios, que aponta possíveis responsabilidades. O apelo ao trágico fica por conta das imagens, que mostram os corpos mutilados e queimados cercados por uma multidão de observadores. O fechamento da matéria, que classifica a chacina como “a mais bárbara já cometida no Brasil” demonstra o apelo ao espetacular.

As matérias do *Diário da Noite*, embora mais curtas, possuem as características generalizantes referidas acima. Os relatos falam dos presos “trucidados pela população”, como em texto publicado no dia 3 de novembro de 1950. Ou seja, toda a população é envolvida. Já o texto publicado na *Folha da Manhã*, com o título “Fúria em Xapecó”, possui inúmeros enunciados que expressam estereótipos e generalizações, com frases bastante enfáticas sobre o “atraso” da região e a “ignorância” dos moradores.

Em um artigo que relaciona o paradigma científico dominante ao fazer jornalístico, Jorge Ijuim (2014) argumenta que a transposição de ideais de um campo ao outro – da ciência ao jornalismo – teve influência na formulação dos princípios hegemônicos da profissão. A busca pela verdade, pela objetividade, teria raízes nessa lógica – poderíamos incluir aí o distanciamento. No entanto, muitas vezes o resultado dessa busca gera exclusão e desumanização.

Citando o exemplo da cobertura que a imprensa brasileira dá à América Latina, o pesquisador afirma que, quando ocorre, “a abordagem se volta a aspectos exóticos, a catástrofes ou ao tráfico de drogas” (IJUIM, 2014, p. 9). Se substituíssemos o enunciado “tráfico de drogas” por violência, aparentemente teríamos um padrão válido para a matéria feita pela Folha da Manhã, por exemplo. De maneira geral, os jornais que olharam para ambos os fatos com “distanciamento”, em graus diferentes, valorizaram o exótico, a catástrofe e a violência.

O caminho do meio parece ser o que Camponez (2011, p. 44) descreve:

Como nos demonstram Dominic Desroches e Olivier Abel, a partir da leitura de textos de Levinas, Kierkegaard e Ricoeur, a ética da proximidade não pode deixar de fazer uma economia da distância: nem demasiado perto, que não permita ver, nem demasiado distante, que não permita o reconhecimento das diferenças.

Sob o prisma de princípio a frase é cirúrgica, o desafio é operacionalizar essa máxima normativamente e em termos de prática profissional. Esse é o ônus da Ciência Social Aplicada.

Essa explanação é indiciária de que, também no jornalismo – assim como no conceito mais recente de esfera pública habermasiana – se podemos falar de uma esfera de visibilidade devemos levar em consideração que em sua composição há subdivisões, subsistemas, ou seja, outras inúmeras esferas de visibilidade, também jornalísticas, com suas peculiaridades e dinâmicas. As análises descritas neste trabalho se constituem em um passo ainda inicial de pesquisa sobre esse tema, por isso mesmo, não tem a pretensão de apresentar conclusões fechadas, senão pistas que possam levar a novas reflexões.

Referências bibliográficas

A ASSEMBLEIA Legislativa Estadual e a reportagem sobre Chapecó. **Jornal d'Oeste**, Chapecó. 12 jun. 1948.

BELLANI, Eli Maria. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai** : o processo de colonização do Velho Município de Chapecó (1917/1950). 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BERNIER, Marc-François. **Éthique et Déontologie du Journalisme**. Saint-Nicolas (Québec): Les Presses de l'Université Laval, 2004.

CAMPONEZ, Carlos. Jornalismo regional: proximidade e distâncias. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. In: CORREIA, João Carlos (Org.). **Ágora – Jornalismo de Proximidade**: limites, desafios e oportunidades. Covilhã, Portugal: LabCom/UBI, 2011.

D'EÇA, Othon. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: FCC: Ed. da UFSC, 1992.

FONTOURA, Tulio. Sensacionalismo Corruptor. **A Voz de Chapecó**, Chapecó, 26 nov. 1950.

FREITAS, Carlos de. Furia em Xapecó. **Folha da Manhã**. São Paulo. 12 nov. 1950.

HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2007.

IJUIM, Jorge Kanehide. Ciência e Jornalismo: apontamentos sobre as ideias de Boaventura de Sousa Santos para a compreensão do Jornalismo. **Revista Ação Midiática**: Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, Curitiba: Programa de Pós-graduação em Comunicação – UFPR, n. 7, 2014.

LEAL, José. O linchamento de Chapecó. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1950. p. 114-120, 90.

LOCATELLI, Carlos Augusto. **Comunicação e barragens**: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil). 2011. 423 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MAIA, Rousiley. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, p. 303-340, jul./dez. 2009.

MAIA, Rousiley (Coord.). **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs, v. 27, n. 79, p. 187-201, jun. 2012.

OESTE Catarinense. **A Voz de Chapecó**, Chapecó. 12 mar. 1950.

QUADRILHA de incendiários. **A Voz de Chapecó**, Chapecó. 15 out. 1950.

RAMOS, José de Miranda. Notas e Comentários. **Jornal d'Oeste**, Chapecó. 12 jun. 1948.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

SILVA, Zedar Perfeito da. **O Oeste catarinense**. Rio de Janeiro: Laement, 1950.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 3. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2012.

TRUCIDADOS os incendiários da Igreja Matriz de Xapecó. **Diário da Noite**. 20 out. 1950.

UMA VITÓRIA do senador Mario Ramos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro. 5 jun. 1948.

VASTO contrabando de madeiras para a Argentina. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro. 28 jun. 1948. p. 5.